

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
INTRODUÇÃO.....	21
1. UMA BREVE HISTÓRIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	29
1.1. As influências remotas do devido processo legal.....	29
1.2. O <i>rule of law</i> medieval inglês	32
1.3. A cláusula do devido processo legal na quinta e na décima quarta emenda à Constituição dos Estados Unidos ..	36
1.4. O desenvolvimento do devido processo legal em suas dimensões procedimental e substantiva.....	40
1.4.1. O “abandono” da <i>common law</i> inglesa rumo a uma interpretação evolutiva	40
1.4.2. Quais são as garantias mínimas da dimensão procedimental do devido processo?.....	42
1.4.2.1. As garantias estabelecidas em <i>Goldberg v. Kelly</i> e <i>Mathews v. Eldridge</i>	42
1.4.2.2. Tecnologia e privacidade: o relevante voto do justice Alito em <i>United States v. Jones</i>	47
1.4.3. A dimensão substantiva do devido processo legal	50

1.4.4. Unindo as pontas: a síntese do devido processo legal na jurisprudência norte-americana	53
1.5. É possível falar em uma eficácia horizontal da cláusula do devido processo legal?	54
1.5.1. A doutrina norte-americana do <i>state action</i>	54
1.5.2. Sintetizando o estado da arte da doutrina da eficácia horizontal dos direitos fundamentais no Brasil e no mundo	58
1.5.3. A filosofia liberal verticalista e o horizontalismo republicano	64
1.5.4. A silenciosa “revolução horizontalista” empreendida pela Corte Europeia de Direitos Humanos e as obrigações positivas estabelecidas na Convenção	71
1.6. Teste para a aplicação horizontal da cláusula do devido processo legal	76
2. A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O CONSTITUCIONALISMO DIGITAL	83
2.1. Introdução: estamos diante de uma quarta revolução industrial?	83
2.2. Principais desdobramentos da quarta revolução digital ..	88
2.3. Conceitos fundamentais para a compreensão da virada tecnológica	89
2.3.1. Algoritmos	89
2.3.2. Inteligência artificial	92
2.3.3. <i>Machine learning</i> e <i>deep learning</i>	98
2.3.4. Internet das coisas (<i>Internet of Things</i> – IOT)	100
2.4. Transformações tecnológicas no contexto jurídico	102
2.4.1. O crescimento da adjudicação administrativa no século XXI e a automação tecnológica	102
2.4.2. A transformação digital no Poder Judiciário e suas implicações éticas	106

2.4.2.1.	Automação e transformação do processo.....	109
2.4.2.2.	Audiências por videoconferência e telepresenciais	112
2.4.2.3.	Cortes remotas	115
2.4.2.4.	O exemplo da reforma judicial inglesa e a preocupação com o acesso à justiça de grupos vulneráveis	122
2.4.2.5.	O projeto brasileiro de Justiça 4.0	126
2.4.3.	Ciência de dados, jurimetria e vieses cognitivos..	134
2.4.4.	<i>Blockchain</i> e contratos inteligentes (<i>smart contracts</i>)	139
2.4.5.	Crimes virtuais e cibersegurança. <i>Deep web</i> e <i>Dark web</i>	145
2.4.6.	Criptomoedas e lavagem de dinheiro.....	149
3.	CONSTITUCIONALISMO DIGITAL.....	157
3.1.	Conceito e escopo do constitucionalismo digital.....	157
3.2.	Problemas: as principais questões jurídicas decorrentes da virada tecnológica	162
3.2.1.	Privacidade e transparência no uso de dados.....	163
3.2.2.	Liberdades de expressão e de reunião	168
3.2.3.	Obstáculos à liberdade de acesso ao trabalho	171
3.2.4.	Acesso aos serviços públicos e ausência de garantias processuais	173
3.2.5.	O uso de <i>data matching</i> e <i>mining</i> no campo da prevenção criminal e ausência de um devido processo legal.....	177
3.2.6.	Discriminação no uso de algoritmos de reconhecimento facial para fins de monitoramento policial	184

3.2.7. Vieses cognitivos, preconceitos implícitos e ruídos em processos decisórios	191
3.2.8. Outras questões discriminatórias e suas razões	200
3.3. Ciberspaço, <i>rule of law</i> e o exercício de atividades públicas em uma sociedade algorítmica.....	202
3.4. O desenvolvimento do constitucionalismo digital europeu	212
3.4.1. Primeira fase: liberalismo digital.....	212
3.4.2. Segunda fase: ativismo judicial	218
3.4.3. Terceira fase: o constitucionalismo digital.....	226
3.5. Existe um constitucionalismo digital brasileiro?	236
3.5.1. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) como um diploma central de primeira dimensão...	237
3.5.2. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) como um diploma central de segunda dimensão	239
3.5.3. A Resolução CNJ nº 332, de 21 de agosto de 2020: ética, transparência e governança na produção e no uso de inteligência artificial no Poder Judiciário	240
3.5.4. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e seus eixos temáticos.	243
4. ESBOÇO DE UM DEVIDO PROCESSO DIGITAL: ALCANCE E CONTEÚDO.....	246
4.1. Introdução: tecnoautoritarismo <i>vs.</i> humanismo digital ..	246
4.2. O microssistema brasileiro de tutela de direitos cibernéticos.....	247
4.3. A incidência da cláusula do devido processo nas relações verticais entre indivíduo e Estado	252
4.4. O problema da incidência da cláusula do devido processo legal no setor privado: em busca de uma solução no Estado de Direito	253

4.5. Devido processo formal: garantias mínimas para um ecossistema digital	259
4.5.1. Contraditório e ampla defesa: notificação adequada, participação e julgamento imparcial com reversibilidade de papéis	260
4.5.2. Princípio da auditabilidade.....	266
4.5.3. Princípio da transparência e direito a explicações contrafactuais.....	270
4.5.4. Princípio da consistência ou regularidade procedimental.....	278
4.5.5. Princípio do controle social	279
4.5.6. Princípio da precaução	282
4.5.6.1. O Direito da antidiscriminação e a discriminação indireta proporcionada por ferramentas de automação.....	283
4.5.6.2. A impossibilidade de delegação do processo decisório e a necessidade de utilização de procedimentos consistentes na identificação de práticas abusivas	286
4.6. A dimensão substantiva do devido processo legal digital	290
4.6.1. Princípio da privacidade diferencial sobre dados e inferências	292
4.6.2. Direito a inferências razoáveis: existiria um direito a como ser visto?	297
4.6.3. Vedações decorrentes do princípio da prevenção da automação discriminatória.....	304
4.7. Devido processo e a disciplina das evidências digitais no Brasil	309
4.7.1. Conceitos fundamentais	310
4.7.1.1. Endereço de protocolo de <i>internet</i> (endereço IP), <i>domain names</i> e DNS	310
4.7.1.2. Provedores de conexão à <i>internet</i>	313
4.7.1.3. Provedores de aplicações de <i>internet</i>	314

4.7.1.4. Servidores <i>proxy</i> , VPN e rede TOR.....	315
4.7.2. O regime processual estabelecido pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	317
4.7.3. Metodologia básica para a produção da prova digital.....	321
4.7.4. Busca e apreensão virtual x interceptação de fluxo de dados: distinções necessárias	323
4.7.5. Busca e apreensão de dispositivos informáticos ou telemáticos, cadeia de custódia da prova, perícia e <i>hashing</i>	325
4.7.6. Pedidos de preservação de conteúdo	327
4.7.7. A coleta de evidências criminais por requisição judicial direta ou acordos de cooperação mútua (MLAT)	328
5. CONCLUSÃO	334
6. REFERÊNCIAS	339